

O ministro José Serra declarou guerra contra a dengue, que faz vítimas no Rio de Janeiro. Já detectou as deficiências e ineficiências, pelas quais a doença se propagou rapidamente. Mas a dengue não é o único mal a exigir providências enérgicas do governo, na área da saúde. No Estado do Rio, como mostra reportagem publicada pelo *Globo* de domingo, as quadrilhas que dominam as indicações políticas para cargos e controlam o fornecimento de materiais e serviços para os hospitais públicos estão defendendo suas posições à bala.

Os hospitais públicos de Nova Iguaçu recebem R\$ 73 milhões somente em verbas públicas, e é para garantir que parte desse dinheiro continue fluindo para seus bolsos que os quadrilheiros transformaram os cargos de direção dos hospitais em profissão de alto risco. Já foram mortos dois diretores de hospitais e um outro foi gravemente ferido.

Não é apenas na Baixada Fluminense que as quadrilhas da saúde agem com violência. O advogado e jornalista Galba Menegale foi assassinado, em 1997, em Brasília, por motivos até hoje não completamente esclarecidos, que autorizam a

suspeita de que ele havia contrariado interesses de fornecedores do Ministério da Saúde.

Quem manda no setor de saúde na Baixada Fluminense é um deputado cassado no escândalo dos anões do Orçamento, em 1993. Dono de uma universidade e de um hospital, continua fazendo indicações políticas, invariavelmente atendidas, tanto pelo governo estadual como pelo governo federal. É a tal divisão do Ministério da Saúde em quadrilhas e áreas de influência que o ex-ministro Carlos Albuquerque denunciou antes de se demitir do cargo.

Em outras paragens, os beneficiários dessa situação se contentam com os frutos da corrupção, da fraude e do aumento de poder político local, que vem com o controle da máquina da saúde pública.

Na Baixada Fluminense, região tradicionalmente violenta, os eventuais desafios aos controladores da máquina são respondidos à bala.

No inquérito sobre a tentativa de assassinio praticada contra o diretor do Hospital da Posse, a polícia, segundo informa *O Globo*, colecionou denúncias de fraudes em compra de material médico-hospitalar e contra o seguro de acidentes, brigas en-

tre médicos e interferência de políticos na indicação de cargos-chave do hospital.

O novo ministro da Saúde pode abreviar, com a leitura dessa peça policial, a sua educação sobre as falcaturas que há muito vêm sendo praticadas à sombra do Ministério da Saúde e com as escassas verbas públicas do setor.

O ministro José Serra já engajou o Exército no combate à dengue, que as equipes do Ministério da Saúde não conseguiram controlar. Agora, é o caso de pedir a ajuda da Polícia Federal para começar a desmantelar as quadrilhas que fizeram dos muitos problemas de saúde da população fonte ilegal de lucro e não hesitam em matar quem ousa desafiar um esquema tão lucrativo em termos de dinheiro e poder político.

O que está ocorrendo na Baixada Fluminense é apenas o paroxismo de uma situação que se reproduz em quase todo o País.

O loteamento político da saúde pública, no Ministério e nas Secretarias de Saúde, que ad-

ministram recursos repassados pelo governo federal – existem, evidentemente, as raras exceções de praxe –, não poderia produzir resultado diferente: onde não existe a corrupção desenfreada a ineficácia é a norma.

O escândalo da Baixada Fluminense é mais um elemento a comprovar que a regeneração do setor de saúde não depende apenas da existência de uma fonte permanente de recursos.

O problema é mais complexo. A melhora da prestação de serviços médico-hospitalares e de saneamento básico à população não ocorrerá, a menos que a parte viciada da estrutura do Ministério da Saúde – que não por acaso se confunde com as famosas “indicações políticas” – seja removida cirurgicamente, com a urgência que a gravidade do caso merece e exige.

É triste reconhecer: a saúde tornou-se também um caso de polícia.

E, enquanto continuar a sê-lo, bombear mais recursos para um sistema tão comprometido não será garantia de melhor atendimento à população.

Loteamento do sistema de saúde produziu ineficiência, fraudes e crimes de morte